

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.494 - GO  
(2019/0238678-6)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**AGRAVANTE : A DA S G**  
**ADVOGADO : TADEU BASTOS RORIZ E SILVA - GO022793**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. APELO NOBRE. INADMISSÃO. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. SÚMULA N.º 182 DO STJ. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O descabimento da via especial para se discutir violação a dispositivo constitucional, bem assim a inexistência de ofensa ao art. 619 do Código de Processo Penal, porque os embargos de declaração não se prestam para reapreciação da causa, constituíram fundamentos autônomos da decisão que inadmitiu o recurso especial. Deveriam ter sido objeto de impugnação específica, não prosperando a alegação do Agravante de que o recurso especial teria sido inadmitido tão-somente pela aplicação da Súmula n.º 7 do Superior Tribunal de Justiça

2. Não merece reparos a decisão agravada, ao não conhecer do agravo em recurso especial, pela falta de impugnação a todos os fundamentos utilizados pelo Tribunal de origem para inadmitir o recurso especial, em razão do disposto no art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil, c.c o art. 3º do Código de Processo Penal.

3. Agravo regimental desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRA LAURITA VAZ**  
Relatora